

A GRANDE LAVOURA E A CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR

META

Apresentar o conceito de “civilização do açúcar” destacando seus aspectos econômicos e sociais.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

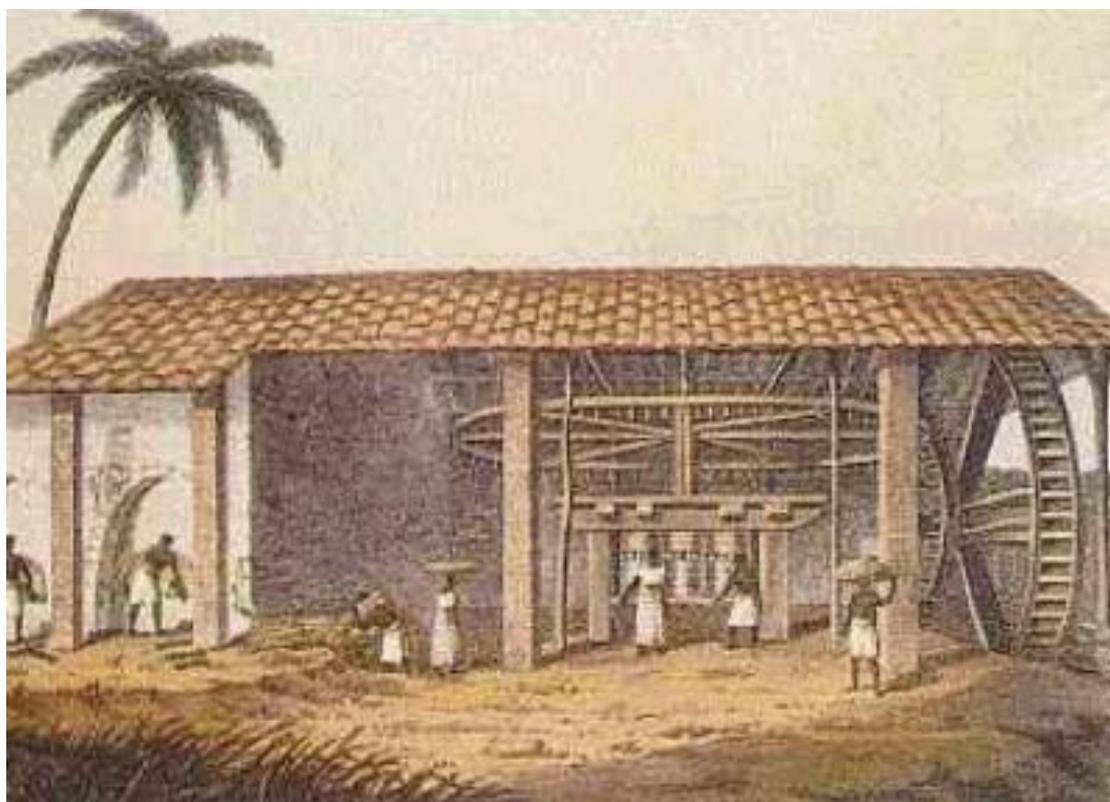
compreender os fatores que possibilitaram a instalação dos engenhos de açúcar no Brasil;

identificar os fatores que levaram à implantação do regime de trabalho escravo na lavoura açucareira;

refletir sobre a importância da lavoura açucareira no processo de formação da sociedade colonial;

identificar os principais grupos sociais existentes e sua complexa hierarquização;

distinguir a importância da atividade mercantil no contexto da civilização do açúcar.



Engenho de cana-de-açúcar.

(Fonte: <http://www.oguialegal.com>)

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, o açúcar é um alimento indispensável na mesa de qualquer pessoa, não importa a posição social. Qualquer um pode ir ao supermercado comprar um quilo de açúcar, porque ninguém pode passar sem ele. O açúcar faz parte da “cesta básica” dos trabalhadores e é consumido de infinitas maneiras, tanto dissolvido em bebidas, quanto como ingrediente fundamental de inúmeras receitas. Mas nem sempre foi assim. Há mil anos atrás o açúcar era produzido na Índia e no sudeste da Ásia sendo conhecido no Ocidente por alguns raros privilegiados. Pouco havia que pudesse ser feito com aqueles minúsculos cristais que mais pareciam um farelo escuro, encardido e doce. Na Europa medieval não havia lugar para o açúcar na dieta da maioria da população, composta principalmente de camponeses e soldados. O essencial da alimentação consistia de cereais como cevada, centeio e trigo, na forma de mingaus, bolos, broas e pães. Em todas as receitas o açúcar estava ausente. Para condimentar os alimentos eram utilizadas plantas aromáticas (alho, mostarda, menta ou salsa), e para adoçar, um pouco de mel. Açúcar? Quem precisa de açúcar?



Martim Afonso de Souza foi um português que desembarcou na ilha de São Vicente em 22 de janeiro de 1532. Ele fundou um núcleo de povoamento chamado São Vicente, que vivia em função do engenho de açúcar. Acredita-se que o fabrico de açúcar tenha se instalado no Brasil com sua chegada. (Fonte: <http://ihcdemongagua.files.wordpress.com>)

A CIVILIZAÇÃO DO AÇÚCAR

Foi somente a partir do século XIII, com o desenvolvimento do comércio e a lenta ascensão da burguesia urbana que o consumo de açúcar se expande também de maneira lenta, acompanhando o desenvolvimento dos hábitos alimentares, da gastronomia e do refinamento culinário, como expressão de riqueza e êxito social. Não obstante estas questões, o foco desta aula, prezado aluno, não é a prática gastronômica nem a perícia dos cozinheiros. O foco desta aula é a estrutura social forjada a partir da produção açucareira a qual chamaremos de civilização do açúcar.

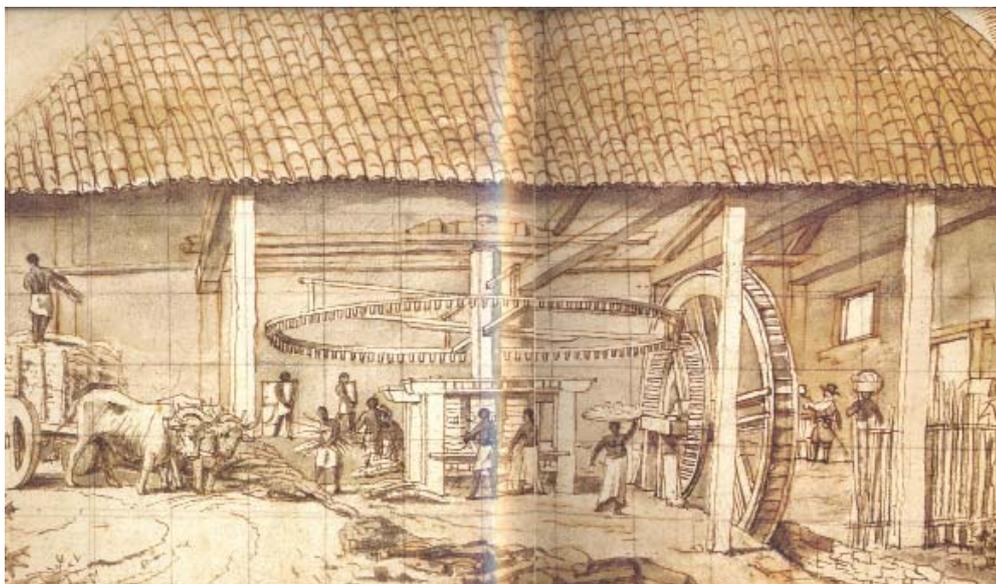
A cana, de onde era extraído o açúcar, é uma planta nativa da Índia, do chamado golfo de Bengala, e foi levada pelos mercadores árabes para as ilhas e costa oriental do mar Mediterrâneo tais como Chipre, Creta, nordeste da África e Palestina. Junto com a cana, vieram as técnicas de fabricação de açúcar, um segredo impossível de se guardar, pois a expansão do consumo incentivava os mercadores a expandir a oferta. Os elevados preços do açúcar eram motivação mais do que suficiente para esse aumento. No século XIII o açúcar já era fabricado na Sicília, no século XV, na Península Ibérica (Valência, Granada e Algarve) e nas Ilhas do Atlântico (Madeira, Açores, Canárias, Cabo Verde e São Tomé).

Foram os italianos, naturais da cidade de Gênova, responsáveis por essa expansão. Eles não só introduziram as técnicas de fabricação, como forneciam o capital necessário para erguer as “fábricas” chamadas de “engenhos de açúcar”. Porém, até o século XV, a produção ainda era pequena, e o açúcar um condimento exótico, mais usado como remédio do que como alimento. Foi a partir da introdução do fabrico de açúcar no Brasil, durante o século XVI, que a produção e o consumo se expandiram enormemente, tornando o açúcar aquilo que ele é hoje.

Mas a pergunta que se coloca é: por que o Brasil passou a produzir açúcar no século XVI? Por que açúcar e não outra coisa? Vamos responder a estas questões por parte. Primeiramente, não se conhece a data exata da instalação do primeiro engenho no Brasil. Há indícios de que antes de 1530, antes mesmo do sistema de donatarias, já se fabricava açúcar no Brasil. Em 1518, há registros de açúcar originário do Brasil na alfândega de Antuérpia (Holanda). Mas quem o produzia? Onde se localizava este engenho? Não se sabe. Por isso, considera-se que a lavoura de cana e o fabrico de açúcar instalou-se no Brasil em 1532, com a chegada de Martim Afonso de Souza no litoral do atual Estado de São Paulo. Lá, Martim Afonso fundou um núcleo de povoamento chamado São Vicente, que vivia em função do engenho de açúcar. Este engenho, do qual ainda hoje existem ruínas, teve varias denominações. Mas foi com a última delas que ficou conhecido: Engenho de São Jorge dos Erasmos. Essa denominação se deve ao fato de ter sido adquirido por um comerciante holandês chamado Erasmo Schetz.

A produção de açúcar no Brasil era a solução que os portugueses procuravam para resolver o problema da posse e ocupação do território descoberto por Cabral em 1500, cuja extensão de terras era tão vasta e tão disputada entre as potências europeias, que demandava uma ocupação efetiva, com povoamento e produção de alimentos. O açúcar era o produto apropriado para essa tarefa. Como bem diz Vera Lucia Amaral Ferlini:

“Portugal já possuía experiência em sua produção; dispunha de contatos comerciais que permitiam a colocação do produto no mercado europeu; seu relacionamento com o mundo financeiro de então, principalmente com banqueiros genoveses e flamengos abria-lhe linhas de crédito para os investimentos básicos; o Brasil possuía terras em abundância e o açúcar poderia aqui ser produzido em larga escala”.

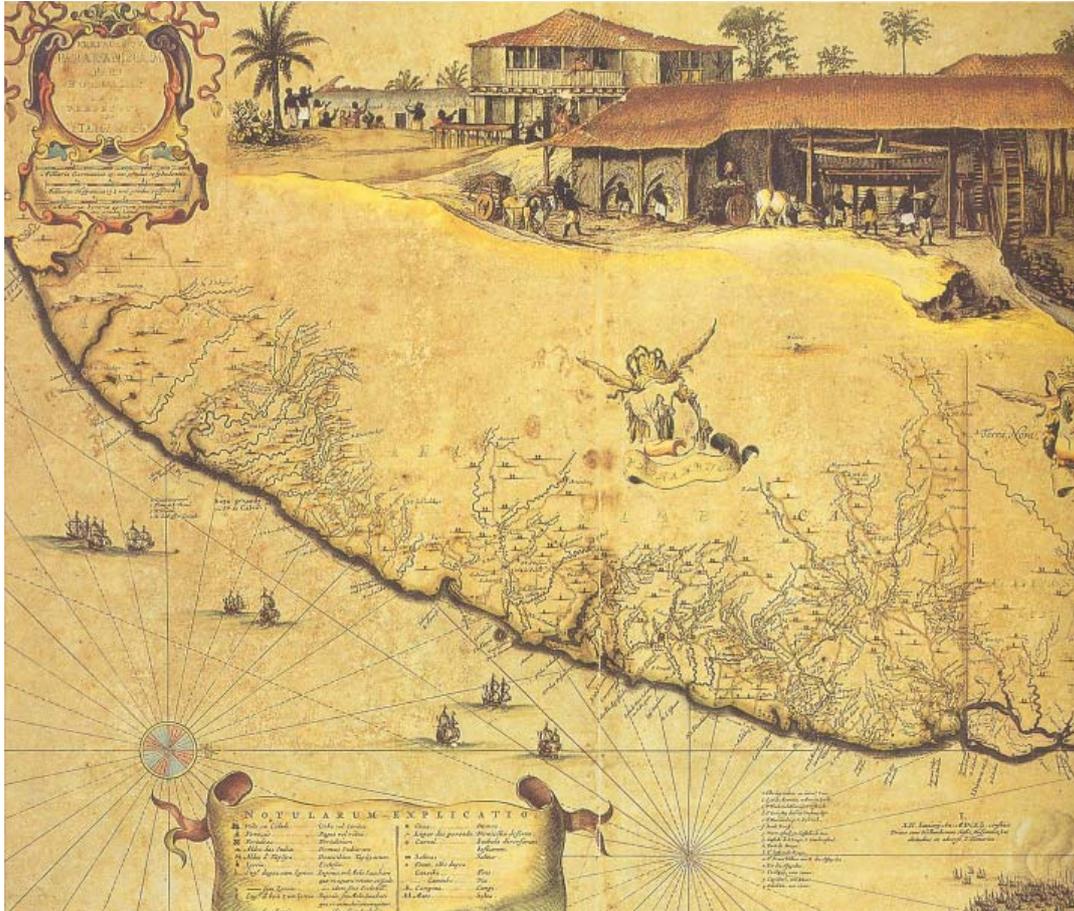


Engenho de Açúcar - Século XVII (Gravura de Frans Post)

A lavoura açucareira ficaria nas mãos do setor privado, mas geraria recursos para o Estado português na forma de impostos, e permitiria a colonização do Brasil. Em torno da produção de açúcar seriam desenvolvidas inúmeras atividades subsidiárias tais como a pecuária e a produção de alimentos criando-se, assim, um fluxo constante de produtos para abastecer o mercado externo (açúcar) e o mercado interno (outros alimentos).

A produção açucareira iniciada no sul da colônia, cujo centro ficava em São Vicente, se deslocaria rapidamente para o nordeste da colônia, uma área que oferecia melhores condições para a expansão do cultivo da cana. A vasta planície litorânea do Nordeste tinha solo muito mais fértil, e ficava mais próxima da Europa do que o distante litoral paulista. Em 1535 a pioneira capitania de Pernambuco possuía 04 engenhos. No final do século

XVI esse número subiu para 66, e continuou crescendo. Na Bahia, neste mesmo período, existiam 40 unidades produtoras.



Pernambuco na Cartografia Holandesa - Século XVII

No contexto da “civilização do açúcar” devemos destacar duas questões: a) o problema da mão de obra associado com a ocupação da terra; b) a divisão do trabalho na sociedade açucareira. Com isso não esgotamos o assunto, mas exploramos algumas questões que consideramos pertinentes. Fique você, aluno, a vontade para explorar por conta própria outras questões, para além deste livro.

Vale lembrar também que a civilização que se criou no Brasil em torno da produção de açúcar foi um arranjo social extremamente complexo, e conflituoso, forjado a ferro e sangue, repleto de sucessos e fracassos. Ninguém pense que o negócio do açúcar era fácil e que a vida era mansa. Tentaremos nos aproximar desse mundo com a certeza de que nunca poderemos compreendê-lo plenamente nem esgotar sua complexidade.

O PROBLEMA DA MÃO DE OBRA ASSOCIADO COM A OCUPAÇÃO DA TERRA

Escravidão e produção açucareira sempre foram dois elementos articulados e indissociáveis. Até mesmo na Europa, a produção de açúcar não prescindia do trabalho escravo. Na Península Ibérica, a guerra entre mouros e cristãos gerava uma fonte inesgotável de escravos. Mas na medida em que a Reconquista se completava, o fluxo de escravos diminuía. Todavia, a expansão marítima permitiu a retomada deste fluxo, com a introdução de africanos na economia açucareira da península e das ilhas do Atlântico. Começou aí o casamento forçado entre a África e o açúcar.

A lavoura de cana e o fabrico do açúcar demandam muita mão de obra porque as tarefas são árduas e extensas, e a mortalidade muito alta. O trabalhador se exaure nas plantações e nas fábricas, devendo ser substituído rapidamente. Dificilmente um trabalhador livre permaneceria muito tempo cortando e transportando cana, ou na beirada das caldeiras mexendo com os tachos. Daí a necessidade de um sistema que assegure a permanência do trabalhador e o obrigue a executar as tarefas necessárias. Este sistema era o regime de escravidão historicamente e socialmente existente na Europa, e legitimado por séculos de prática ininterruptos.

No Brasil, havia uma questão adicional: a existência de ampla oferta de terras. O território era imenso e subpovoado. Qualquer um poderia chegar e se instalar produzindo para seu próprio sustento de maneira autônoma. Então só tinha um jeito de fazer com que a fixação de pequenos produtores autônomos fosse evitada: restringindo o acesso à terra e implantando o regime de trabalho escravo na colônia. O sistema legal para ocupação de terras adotado no Brasil foi o mesmo que existia em Portugal: o Estatuto das Sesmarias. A terra era distribuída diretamente pela Coroa portuguesa, e entregue somente àqueles que tinham condições de explorá-la. A concessão era feita, considerando a capacidade do posseiro em produzir utilizando a mão de obra escrava. Era necessário possuir “cavedais”, ou seja, amplos recursos para ser proprietário de terras no Brasil. Porém, o domínio destas terras, nunca era absoluto, porque não existia o título de propriedade, mas sim o título de posse. A Coroa portuguesa que era a verdadeira proprietária poderia retomar a terra doada caso o posseiro não cumprisse as suas obrigações. Com esse sistema, a disseminação do trabalho livre associado à ocupação das terras por pequenos proprietários independentes, era obstruída.

A fim de conseguir a mão de obra necessária para o sustento do negócio açucareiro, o nativo indígena foi forçado a trabalhar. Os primeiros engenhos do século XVI funcionavam com mão de obra indígena. Mas esse arranjo estava fadado ao fracasso. O fluxo de escravos nativos era incerto, as fugas inevitáveis bem como a alta taxa de mortalidade provocada por doenças trazidas de fora, contra as quais os indígenas não tinham qualquer defesa biológica. Por outro lado, os

silvícolas, habitantes naturais desta terra, desempenhavam um posição estratégica muito específica no processo de colonização, ou seja, eram vistos como aliados reais ou potenciais do projeto colonizador. A meta final era destrribalizar e aculturar os índios e integrá-los na sociedade colonial, como trabalhadores assalariados tutelados pela Igreja ou pelo colono. Porém, o trabalho na grande lavoura não se ajustava aos padrões culturais dos nativos. Como bem diz Stuart Schwartz:

“O que os portugueses demandavam, iam de encontro a aspectos fundamentais da vida e da mentalidade dos nativos; para este últimos, agricultura era trabalho de mulher (...) Levados para os engenhos, recusavam-se a trabalhar; tornavam-se macambúzios e alheios ou simplesmente fugiam; recusavam-se a responder às condições objetivas de mercado criada pelos portugueses”.

A legislação indigenista procurava contemplar as necessidades econômicas da colônia, ora permitindo ora proibindo a escravização dos índios. Tal oscilação acabou por gerar violentos conflitos sobre os direitos de tutela dessa mão de obra sem, contudo, resolver a questão.

Diante das incertezas geradas pela utilização do braço indígena, muitos senhores de engenhos e lavouras optaram pelo braço africano, cujo fluxo era constante, sem riscos de interrupções, alimentado por um comércio altamente especializado e lucrativo, que existia desde o século XV, sem os inconvenientes gerados por dispositivos legais insólitos. Enquanto a escravidão dos índios era objeto de intensa discussão, dúvidas e conflitos, a dos africanos era fato consumado e jamais contestado. O africano era um estrangeiro sem vínculo com estas terras. Eram trazidos de maneira forçada e aqui obrigados a se adaptar rapidamente para poder sobreviver. As opções de fuga eram incertas e não poderiam voltar ao convívio da sua gente que ficava distante, do outro lado do Atlântico. Assim que desembarcavam, havia pouco que pudessem fazer. Era preciso um tempo de adaptação e o surgimento de gerações de negros nascidos no Brasil para que as diversas formas de rebeldia e negociação se consolidassem, gerando um misto de convívio e resistência à civilização do açúcar totalmente peculiares. Enquanto isso, levadas e levadas de africanos eram trazidas ao Brasil todos os anos, pela força e pela violência do tráfico negreiro, alimentando e consolidando o escravismo colonial.

A DIVISÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE AÇUCAREIRA

Segundo Stuart Schwartz, “o engenho é uma metáfora da sociedade brasileira”. Isso equivale a dizer que as características da sociedade forjada pela produção açucareira e as características da sociedade colonial como um todo são equivalentes, ou seja, a primeira é o retrato da segunda. Historiadores consagrados, como Caio Prado Junior, acreditavam que a sociedade

colonial era extremamente simples, dividida entre senhores de terras no topo e escravos e similares na base da pirâmide social. Caio Prado afirma:

“É assim extremamente simples a estrutura social da colônia no primeiro século e meio da colonização: reduz-se em suma a duas classes, de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazendas; doutro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e similares”. Caio Prado só admite alguma complexidade no final do século XVII, quando o desenvolvimento econômico da colônia permite uma pequena diversificação.



O Engenho - Século XVII (Pintura de Frans Post)

Todavia, estudos recentes têm demonstrado que, desde o seu começo, a sociedade açucareira e seu corolário, a sociedade colonial, se mostraram extremamente complexas e diversificadas. A civilização do açúcar pode ser definida como um emaranhado de distinções jurídicas, múltiplas hierarquias, repleta de sinais, atitudes, insígnias e privilégios que separavam os homens em duas categorias básicas, porém, igualmente complexas: superiores e inferiores. Vamos tentar classificar e categorizar este mundo para melhor compreender a sua dinâmica. Vamos utilizar o conceito de trabalho como referência, partindo do princípio de que uma estrutura social se define não somente pela sua base material, mas também pelos seus atributos culturais e simbólicos, mormente articulados com essa mesma base material.

O engenho, o açúcar e a escravidão são aspectos fundantes da sociedade colonial brasileira, a tal base material a que nos referimos. Esta sociedade

é determinada pelo escravismo dominante, que moldou todas as outras relações de trabalho. Mas é preciso ir além dessa simples definição. Como bem diz Stuart Schwartz,

“O Brasil colônia foi uma sociedade escravista não meramente devido ao obvio fato de sua força de trabalho ser predominantemente cativa, mas principalmente devido às distinções jurídicas entre escravos e livres, aos princípios hierárquicos baseados na escravidão e na raça, às atitudes senhoriais dos proprietários e à deferência dos socialmente inferiores. Através da difusão desses ideais, o escravismo criou os fatos fundamentais da vida brasileira (...) Um tipo peculiar de sociedade desenvolveu-se. Essa sociedade herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhes sistemas de graduação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça, cor e diferenciação social (...) Foi uma sociedade de múltiplas hierarquias de honra e apreço, de varias categorias de mão de obra, de complexas divisões de cor, e de diversas formas de mobilidade e mudança(...)”.

Os principais grupos sociais do Brasil colônia são: os grandes proprietários de terras, os comerciantes atacadistas, os trabalhadores livres assalariados e os escravos. Entre estes grupos, existe uma miríade de subgrupos que se distinguem entre si por complexas divisões de cor/raça. Para melhor exemplificar vale lembrar que, entre um mesmo grupo social, havia diferenças marcantes. Um trabalhador livre e negro ou pardo, não era equiparado socialmente a um trabalhador livre branco. Neste caso, havia uma hierarquia determinada pelo racismo, que extrapolava uma simples classificação sócio ocupacional. Neste mundo, as pessoas de baixa extração social deviam obrigatoriamente deferências e obrigações para com os de maior extração social. Ainda estamos muito longe dos princípios de igualdade jurídica e democracia política. Não é um mundo de iguais. Havia distinção entre homens e mulheres, cristão velhos e cristão novos, e entre estes e judeus cuja presença na colônia é fartamente documentada.

Stuart Schwartz afirma que se todos os negros da colônia tivessem sido escravos e permanecido escravos por toda vida, teríamos o mundo que Caio Prado Junior descreveu. Mas não foi isso que aconteceu. Muitos escravos foram alforriados e muitos indivíduos nasceram mestiços, frutos de uniões multirraciais, alguns livres e outros escravos. Estas pessoas formavam, na verdade, um grupo muito heterogêneo de várias origens, ocupações e graus de aculturação.

No contexto da civilização do açúcar, imperava o senhoralismo patriarcalista cujos valores e atitudes equiparavam-se aos dos fidalgos portugueses. Ocupavam postos essenciais da administração colonial, e como supostos representantes da Coroa, exerciam poder e influência em sua

região. O senhorialismo era uma atitude assumida principalmente pelos proprietários de terras que não eram necessariamente os mais ricos, visto que a riqueza em espécie estava concentrada nas mãos dos comerciantes, mas eram aqueles que mais se aproximavam do ideal de nobreza fruto da apropriação fundiária. No Brasil colônia, ser nobre não é possuir títulos de nobreza, pois eles nunca foram concedidos aos colonos. Ser nobre é não realizar trabalhos manuais, possuir linhagem reconhecida, ser cristão velho, prover o sustento de toda parentela, exercer o controle paternalista sobre vasta clientela de dependentes e agregados, possuir patrimônio reconhecido em constante processo de ampliação, realizar alianças e casamentos convenientes, exercer cargos públicos, ser membro do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição na condição de “familiar”, integrar as Ordens Militares do Reino, ser Cavaleiro da Casa Real (equivale ao título de Fidalgo do Rei por serviços prestados) e possuir patentes militares das forças auxiliares denominadas Milícia de Ordenança.

Você deve estar a se perguntar, caro estudante, se os proprietários de terras possuíam mesmo todos estes requisitos senhoriais. Uma grande parte deles possuía sim. O ideal de nobreza era uma obsessão da sociedade açucareira. Por quê? Pela necessidade de diferenciação num mundo em que a mestiçagem e a existência de uma grande população de origem conversa (origem judaica) tendia a nivelar todos. Daí a presença de múltiplas distinções. Observe o quadro abaixo:

Senhores de terras	Trabalhadores livres assalariados	Comerciantes	Escravos
Senhores de engenho Lavradores de cana	Especializados (“oficiais”) Braçais	Atacadistas Varejistas	Especializados Domésticos Braçais ou do eito

Vale a pena abrir um parêntese para falar da coexistência entre o trabalho escravo e o trabalho livre na civilização do açúcar. No engenho de açúcar, a convivência de várias formas de trabalho era a regra, não obstante a escravidão ser a forma dominante.

Para cada etapa do fabrico do açúcar havia um trabalhador altamente especializado, perito naquilo que fazia. Feitores e supervisores eram, em sua maioria, homens livres. O conhecimento e a experiência necessários para a tarefa faziam com que fossem muito valorizados e procurados. O feitor da moenda, responsável por garantir que a cana fosse prensada adequadamente e por efetuar a manutenção das máquinas; o “mestre de açúcar”, que dirigia as operações na casa das caldeiras, eram trabalhadores livres assalariados,

também conhecidos como “oficiais”, por serem portadores de um ofício. Com o tempo, lá pelos idos do século XVIII, muitos escravos assumiram estas funções, e alguns eram pagos, como formas de estimular a qualidade do seu trabalho.

Ao lado da distinção por ocupação, havia as distinções de raça/cor. As hierarquias permeavam todas as instituições, estabelecendo privilégios e prerrogativas para cada um dos grupos. Observe o quadro abaixo:

Índios	Africanos	Mestiços	Branco
“Bravos”	“Boçais” (recém - chegados)	Mulato escuro	Cristão Velho
“Mansos” (aldeados)	“Ladinos” (aclimatados)	Pardos (mulatos claros)	Cristão Novo Judeu

Neste quadro, as denominações utilizadas são termos usados na época colonial, para classificar as pessoas. No entanto, a maior clivagem que existia era a distinção jurídica entre escravos e livres. Esta distinção dividia a sociedade colonial entre aqueles aptos a exercer determinados direitos, e aqueles desprovidos de direitos. Não cabe aqui ainda utilizarmos o conceito de cidadania, visto que este aspecto não existia naquela época. Por outro lado, até mesmo este tipo de clivagem merece algumas considerações. Vamos mais uma vez, recorrer às palavras de Schwartz:

“Embora a distinção entre escravidão e liberdade tivesse importantes implicações jurídicas, os antigos precedentes romanos e ibéricos de servidão doméstica, o papel da Igreja Católica na insistência sobre a humanidade dos escravos, a elegibilidade dos cativos como membros da Igreja e, conseqüentemente, seu direito a participação nos ritos e privilégios (eclesiásticos), e por fim a existência de outras formas de subordinação na sociedade foram, todos, fatores delimitadores do relacionamento entre senhores e escravos”.

Em outras palavras, apesar da escravidão se definir pela ausência de direitos, o costume e as práticas sociais cotidianas acabaram por assegurar a este grupo social direitos não escritos, porém exercidos. Desse modo, o escravo tinha “direito” a obter e conservar a posse de bens, pagar pela própria alforria e até adquirir escravos. Isso mesmo, caro aluno. Não obstante ser uma raridade na sociedade colonial, foi constatado casos de escravos que possuíam escravos. Mas isso não elimina o fato de que os cativos permaneceram como sendo o grupo que se encontrava em situação mais desvantajosa.

Entre os senhores de terras, um grupo muito particular merece a nossa atenção: são os lavradores de cana. Este grupo é constituído por cultivadores autônomos que, por não possuírem engenhos, destinavam toda sua cana aos engenhos de terceiros. Estes homens eram dotados de recursos para organizarem o plantio, e não raro, arrendavam terras para aumentar seus ganhos. Havia muitos engenhos carentes de cana para atingir sua total de moagem. Daí a importância dos lavradores, os quais efetuavam contratos com os senhores de engenho, a fim de garantir a matéria-prima necessária para o fabrico do açúcar. Nesta relação, ambos saíam ganhando. Os lavradores de cana não eram camponeses. Eram proprietários de escravos, com status de senhores de terras, e possuíam as mesmas regalias e privilégios inerentes a este grupo.

Ao abordarmos o senhorialismo colonial como uma forma de exercício do poder, permitindo aos senhores de terras posicionarem-se como representantes da Coroa portuguesa, acabamos por enfatizar a noção segundo a qual todo aparato estatal estava a serviço dos interesses de determinados grupos sociais, especialmente dos senhores de terra. Neste momento, devemos relativizar esta questão, mostrando que nem sempre isto ocorria. Em outras palavras, nem sempre havia uma unidade de interesses entre a classe senhorial e o Estado metropolitano. Ao mesmo tempo em que era permitido a determinados grupos sociais controlar recursos e se tornarem de fato dominantes, a Coroa portuguesa assume um papel cada vez maior na ordenação das forças produtivas coloniais, a ponto de haver verdadeiros choques de interesses entre as atitudes senhoriais dos colonos e as razões de Estado. A questão do controle sobre o trabalho dos índios é um dos momentos mais marcantes desse confronto

Com o passar do tempo, o poder do Estado tornou-se crescente, e fortemente ligado ao desenvolvimento de uma burocracia régia que impôs o controle da propriedade, e das demais atividades econômicas. Todavia, também essa burocracia estatal compartilhava com os senhores de engenho uma visão senhorial desse mundo, e não hesitavam em aliar-se com esta classe como forma de status e de acumular riqueza e insígnias. O controle do senhor sobre seus escravos era território privado, praticamente impermeável à ação do Estado. Ao governo português interessava somente as rendas do tráfico negreiro, comércio ultramarino e a tributação. A condução das relações entre senhores e escravos e entre estes e pessoas livres foi forjada no interior das fazendas fora do alcance da lei.

Por fim, não poderíamos concluir essa aula sem analisarmos a dimensão e o papel da comunidade mercantil. A sociedade açucareira não existiria sem uma ativa comunidade de comerciantes atacadistas conhecidos como “homens de grossa aventura” ou “comerciantes de grosso trato”. Este grupo ocupava uma posição particularmente vantajosa visto que agiam como intermediários entre os produtores e o mercado consumidor. Além

disso, atuavam também como emprestadores de dinheiro, pois eram os únicos que dispunham de capitais necessários para operar neste mercado. Eram, portanto, uma das principais fontes de crédito para o setor açucareiro.

Durante a montagem do negócio do açúcar, no início do século XVI, todo o crédito era proveniente de fora, através de mercadores holandeses e italianos. Mas, com o passar do tempo, foi-se criando na colônia uma comunidade de comerciantes residentes, detentores de capitais necessários ao funcionamento deste negócio. Os empréstimos podiam ser concedidos sob a forma não monetária, fornecendo insumos e mercadorias necessárias ao engenho, e recebendo pagamento da dívida em açúcar, por um preço abaixo do de mercado.

Do ponto de vista econômico e financeiro, os comerciantes de grosso trato eram, de longe, os mais ricos. Porém, do ponto de vista político e social, situavam-se abaixo dos proprietários de terras. O problema é que muitos destes comerciantes eram de origem judaica, fazendo com que não pudessem usufruir de alguns privilégios concedidos aos cristãos velhos. Daí a necessidade de “limpar o nome” e esconder ao máximo suas origens, a fim de auferirem o mesmo prestígio concedido àqueles de “sangue puro”. É verdade, caro aluno. Na sociedade colonial vigorava o “Estatuto da Pureza do Sangue”, sendo considerados de raças impuras todos aqueles que não fossem brancos de linhagem cristã velha. Todavia, sabemos que naquela sociedade onde a mestiçagem era uma prática comum, era muito difícil encontrar pessoas que não tivessem um parente índio, mulato ou judeu. Mesmo assim, as instituições racistas foram mantidas e reforçadas, como forma de estabelecer distinções e graduações hierárquicas.

CONCLUSÃO

A ocupação e colonização do Brasil só foi possível devido à montagem de uma atividade econômica que compensasse os enormes riscos e custos desta ocupação. Essa atividade era o cultivo da cana e o fabrico do açúcar, cujo mercado consumidor europeu estava em franca expansão, proporcionando a motivação necessária para o surgimento de uma sociedade que ficou conhecida com a denominação de “civilização do açúcar”.



RESUMO

Nesta aula analisamos alguns aspectos da sociedade colonial, vista aqui como corolário da civilização do açúcar, destacando os principais grupos sociais existentes e sua complexa hierarquização em ocupações, raça e cor. A produção açucareira, de fato, domina a colônia, constituindo-se na principal atividade, em torno da qual gravitam todas as outras, tais como a produção de alimentos e o comércio. Nas aulas de História Econômica, é possível vislumbrar os aspectos relacionados a dados estatísticos e à estrutura de produção. A nós, em História do Brasil Colônia, cabe explorar as questões relacionadas à estrutura social. Na próxima aula destacaremos a política e a legislação indigenista, e sua relação com o tráfico negreiro.



ATIVIDADES

1. Mais uma vez chamamos atenção para a necessidade de orientação geográfica, através do estudo de mapas. É importante localizar a área onde se originou a produção de açúcar. Desenhe um mapa do Oriente que inclua o Mediterrâneo oriental e a Índia. Delimite a baía de Bengala e as ilhas e localidades do Mediterrâneo oriental.
2. Qual a relação que existe entre a abundância de terras no Brasil colônia e o estatuto da escravidão?
3. Quais as clivagens e distinções existentes na sociedade colonial?
4. Faça uma pesquisa sobre o Judaísmo no século XV e XVI destacando sua importância sócio-econômica e os obstáculos impostos aos judeus e conversos.
5. Qual o papel dos grandes comerciantes atacadistas na civilização do açúcar?
6. A expressão “civilização do açúcar” é pertinente quando nos referimos àquela sociedade? Justifique sua resposta.
7. Faça uma resenha do clássico Casa Grande e Senzala de Gilberto Freire.

CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES

TELLES, Augusto Carlos da Silva – Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil. Rio de Janeiro: MEC 1985.

HEERKENOFF, Paulo – O Brasil e os Holandeses 1630 -1654. Rio de Janeiro: GMT Editores 1999.

BANDEIRA, Julho & LAGO, Pedro Corrêa do – Debret e o Brasil Obra Completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.

REFERÊNCIAS

- SCHWUARTZ, Stuart B.- Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral- A Civilização do Açúcar. Séculos XVI a XVIII. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PRADO JR. Caio- Evolução Política do Brasil e outros Estudos. São Paulo: Brasiliense, 1953.
- FAORO, Raimundo- Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000.
- FURTADO, Celso- Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.